FAACZ – FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TAMIRES GUASTTI PIGNATON DE CASTRO

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO SPED CONTÁBIL – UM ESTUDO DOS ESCRITÓRIOS DE ARACRUZ-ES.

ARACRUZ/ES

2017

TAMIRES GUASTTI PIGNATON DE CASTRO

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO SPED CONTÁBIL – UM ESTUDO DOS ESCRITÓRIOS DE ARACRUZ-ES

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdades Integradas de Aracruz, Curso de Graduação em Ciências Contábeis, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel

Orientador: Prof. Msc. Mériton Soares da Silva

ARACRUZ /ES

2017

TAMIRES GUASTTI PIGNATON DE CASTRO

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO SPED CONTÁBIL – UM ESTUDO DOS ESCRITÓRIOS DE ARACRUZ-ES.

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdades Integradas de Aracruz, Curso de Graduação em Ciências Contábeis, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada em _____ de novembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Msc. Mériton Soares da Silva
Faculdades Integradas de Aracruz

_____
Prof.
Faculdades Integradas de Aracruz

_____
Prof.
Faculdades Integradas de Aracruz

Dedico este trabalho a todos os profissionais que lutam apesar de todas as dificuldades para manter nosso país de pé, e ao meu esposo por toda a paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por essa conquista.

Agradeço aos meus pais por ser a minha base.

Ao meu esposo por toda a paciência e dedicação.

Agradeço ao meu orientador Mériton Soares da Silva por toda a paciência e amor ao seu trabalho.

“Se o dinheiro for a sua esperança de independência, você jamais a terá. A única segurança verdadeira consiste numa reserva de sabedoria, de experiência e de competência.”

(Henry Ford)

RESUMO

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi desenvolvido em 2007 e tem como objetivo estreitar a relação entre o fisco e os contribuintes, unir municípios, estado e união, além de reduzir as fraudes e erros dos contribuintes. O programa representou um grande passo para o governo brasileiro na modernização de suas obrigações contábeis e fiscais, dando ao contribuinte a facilidade de enviar toda a sua contabilidade de dentro de seu escritório, não sendo mais necessário se dirigir ao fisco com vários livros e papeis. O objetivo deste estudo foi identificar e estudar as dificuldades encontradas pelos escritórios contábeis da cidade de Aracruz/Es na implantação do SPED contábil e os resultados apontaram para as dificuldades dos contribuintes quanto a interpretação da legislação, a falta de suporte do governo e a necessidade de investimentos em tecnologia para realização do envio.

Palavras-chave: SPED. Obrigações contábeis. Pesquisa.

LISTA DE SIGLAS

CFC	– Conselho Federal de Contabilidade
CRC	– Conselho Regional de Contabilidade
CT	– Comunicado Técnico
ECD	– Escrituração Contábil Digital
ENAT	– Encontro Nacional de Administradores Tributários
FAACZ	– Faculdades Integradas de Aracruz
IN	– Instrução Normativa
ITI	– Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Nfe	– Nota Fiscal eletrônica
RFB	– Receita Federal do Brasil
SPED	– Sistema Público de Escrituração Digital
URCAMP	– Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 REFERENCIAL TEORICO 13
2.1 SPED – MARCO REGULATÓRIO ATRAVÉS DO DECRETO Nº 6.022/2007 . 13
2.2 RESOLUÇÃO DO CFC Nº 1.299/2010 14
2.3 INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1420/2013 15
2.4 OBJETIVOS DA IMPLANTAÇÃO DO SPED 17
2.5 PREMISSAS BÁSICAS DA IMPLANTAÇÃO 18
3 METODOLOGIA 19
3.1 A CIDADE 21
3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA 21
3.3 DEFINIÇÃO DOS ESCRITÓRIOS PESQUISADOS 22
4 APRESENTAÇÃO DO CASO: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO SPED CONTÁBIL – UM ESTUDO DOS ESCRITÓRIOS DE ARACRUZ-ES. 25
4.1 RESULTADO DA PESQUISA 25
4.2 COMPARATIVO COM PESQUISAS DE OUTROS AUTORES 28
4.3 DIFICULDADES DE PESQUISA 29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 30
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 32
APENDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 34

1 INTRODUÇÃO

Já é descrito por alguns autores como Moreira (2015, passim) que “O Brasil tem a maior carga de impostos da América Latina e também supera aquela dos países ricos na média”. Entre as atividades operacionais, administrativas e de controle exercidas diariamente pelas empresas, estão diversas espécies de obrigações acessórias que devem ser cumpridas para atender a uma legislação totalmente governamental.

O governo, buscando o gerenciamento e controle das informações fiscais, busca através da introdução da Lei 11.638/07 modernizar e aumentar o grau de confiabilidade e segurança em suas ferramentas de controle em relação à prestação de contas pelas empresas e equiparadas, no intuito de evitar a sonegação fiscal por parte das mesmas.

Com isso foi desenvolvido o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que promete ser um grande aliado do Governo no controle dos processos contábeis utilizados pelas empresas. O SPED entrou em vigor através do Decreto nº 6.022/2007, em seu artigo segundo defini o programa como:

> Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (BRASIL, 2007).

Com a implantação do sistema por parte do governo e a necessidade de realizar o envio da obrigação acessória de seus clientes por parte dos contadores, surgiu nos escritórios de contabilidade e nas empresas a preocupação de se preparar para atender as novas exigências governamentais, seja disponibilizando melhores recursos tecnológicos, contratando mão de obra qualificada ou até treinando a mão de obra já existente.

No cenário apresentado, torna-se de extrema importância, contadores e futuros contadores que não passaram pelo processo inicial de implantação, conhecer as dificuldades enfrentadas e os investimentos realizados para iniciar o processo de envio de uma obrigação, que atualmente é comum no dia a dia dos escritórios de

contabilidade. Surgiu portanto o tema de estudo: **As dificuldades encontradas pelos escritórios de contabilidade na implantação do SPED Contábil – Um estudo dos escritórios de Aracruz-ES.**

O SPED Contábil é transmitido através de um arquivo digital, gerado dentro de um sistema informatizado, para atender essas novas exigências do fisco, as empresas e os escritórios de contabilidade, principalmente, sentiram a necessidade de adquirir máquinas e programas informatizados, além de fornecer treinamento para seus funcionários, o que gerou custos para as empresas e transtornos para os profissionais contábeis. Neste cenário foi definido como problema de pesquisa: **Quais as dificuldades encontradas pelos escritórios de contabilidade, da cidade de Aracruz/ES, na implantação do SPED contábil?**

O objetivo geral desse trabalho será: **Identificar as dificuldades encontradas pelos escritórios de contabilidade, na cidade de Aracruz, na implantação do SPED contábil.**

A partir do objetivo geral, descrevemos os objetivos específicos, que são:

- Definir o que é SPED Contábil, suas vantagens e desvantagens;
- Demonstrar as bases legais para a substituição dos livros contábeis;
- Demonstrar as dificuldades do processo de informatização encontradas pelos contadores do município de Aracruz/ES.

O Trabalho será apresentado em cinco capítulos a saber: o primeiro capítulo é a introdução, onde será apresentado um pouco sobre a carga tributária brasileira, e a lei que modernizou as obrigações das empresas através do SPED, tratará também dos motivos que levaram ao tema desta pesquisa e posteriormente ao problema a ser pesquisado. Para buscar a solução do problema serão apresentados também os objetivos gerais e específicos, além da importância da pesquisa para a classe contábil e a apresentação de outras pesquisas que obtiveram objetivos parecidos.

O segundo capitulo tratará do referencial teórico, abordará a legislação que deu origem ao SPED, passando por todas as legislações publicadas até chegar a que se encontra em vigor, abordará também os principais autores que trataram e discutiram sobre o assunto, apresentando a opinião deste autores, suas semelhanças e

diferenças, tratará também dos objetivos e as premissas definidos pelas Receita Federal do Brasil, para implantação do programa e que ainda permanecem.

O terceiro capítulo será a metodologia, neste capítulo será definida toda a forma de alcance dos objetivos e da busca de respostas para o problema definido na introdução. Será demonstrada a forma de realização da pesquisa teórica e principalmente prática, neste capitulo ficará definido o tipo de questionário, quantidade de perguntas, forma de apuração dos dados, quantidade de dados da amostra e escritórios a serem pesquisados.

O quarto capítulo apresentará o caso dos escritórios, a aplicação do questionário e os resultados obtidos dispostos em uma tabela. Neste capítulo será respondido o problema de pesquisa proposto anteriormente, através dos dados apurados na pesquisa de campo realizada através do questionário. O último capítulo será as considerações finais, onde serão apresentadas as dificuldades de pesquisa além de dados e observações não apresentadas acima.

Ao ler e pesquisar para realizar a escolha do tema e a definição do problema de pesquisa, localizei outros dois trabalhos publicados anteriormente que contavam com objetivos parecidos com os que serão desenvolvidos neste trabalho, estes artigos serão uma fonte conhecimento e pesquisa, além de serem usados para a comparação dos resultados obtidos.

O primeiro é o trabalho de Fernandes e Kirinus (2012), do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) da cidade de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, que possui como título “Principais dificuldades para a aplicação do SPED contábil e fiscal”, através desta pesquisa verificou-se que na visão dos contabilistas os empresários não possuíam equipamentos de informática, softwares, conhecimento da legislação suficiente e pessoal qualificado para realizar a implantação, além de falta de interesse por parte dos contabilistas.

O Segundo Trabalho foi desenvolvido por Ruiz Filho (2014), apresentado a Faculdade Padrão de Aparecida de Goiânia, e possui como tema “O Impacto do SPED junto aos escritórios contábeis”. Através de sua pesquisa Ruiz Filho (2014) concluiu que foi demonstrado um grande despreparo no início devido à falta de suporte por parte das

empresas e por parte do governo, para ele o governo não se planejou para essa implantação o que prejudicou os contribuintes.

A cidade escolhida para a aplicação do questionário, possui de acordo com o Conselho Regional de Administração 159 empresas de pequeno, médio e grande porte, excluindo neste caso os micro-empreendedores, cadastradas no Conselho, a cidade possuí mais empresas porém não foi possível estimar o número e segundo o Conselho Regional de Contabilidade possui 33 escritórios contábeis, devido a quantidade significativa de empresas instaladas na cidade justifica-se a importância da pesquisa, uma vez que a obrigação acessória SPED contábil é hoje enviada pela maior parte dos contribuintes e seu entendimento é de suma importância para o envio desta obrigação de forma correta.

A quantidade de empresas presentes na cidade, justifica também a existência de muitos escritórios contábeis pois grande parte das empresas opta por terceirizar este tipo de serviço, uma vez que torna mais prático e transfere parte da responsabilidade de envio das obrigações acessórias para profissionais que não estão no quadro de funcionários da empresa, reduzindo a responsabilidade da mesma quanto a erros cometidos e por vezes reduzindo também os custos e possíveis passivos tributários.

2 REFERENCIAL TEORICO

Segundo Duarte (2011 apud RUIZ FILHO, 2014):

> No mês de dezembro do ano de 2003 ocorreu o primeiro grande passo para a criação do projeto SPED, com a alteração da Constituição Federal, quando se estabeleceu que as entidades governamentais deveriam possuir condições de realizar suas atividades de uma forma mais integrada, compartilhando informações fiscais. (DUARTE, 2011 apud RUIZ FILHO, 2014, p.15).

No ano de 2005 durante o Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), ocorreu o segundo passo para a criação do programa, o encontro reunia diversos membros do governo, estes com base nas decisões tomadas no encontro anterior ocorrido no ano de 2004, onde foram propostas ideias para a integração das informações em todos os âmbitos (Federal, Estadual, Municipal e Administrativo), assinaram dois protocolos com o objetivo de desenvolver e implantar o SPED, além também da implantação da nota fiscal eletrônica (Nfe).

2.1 SPED – MARCO REGULATÓRIO ATRAVÉS DO DECRETO Nº 6.022/2007

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído definitivamente através do Decreto Nº 6.022 de 22 de Janeiro de 2007, redação alterada posteriormente pelo Decreto nº 7.979 de 08 de Abril de 2013, que define este sistema como:

> Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (BRASIL, 2013a).

A publicação deste decreto foi o primeiro passo para despertar o interesse dos contadores de todo o Brasil, no que diz respeito a treinamentos, cursos e palestras para compreender melhor o novo sistema e o objetivo do governo com as referidas mudanças.

2.2 RESOLUÇÃO DO CFC Nº 1.299/2010

O programa SPED, se dividi ao todo em 12 módulos distintos, cada módulo é voltado para um item especifico, desde envio de nota fiscal eletrônica até o envio de documentação contábil e fiscal, passando por envio de manifestos, entre outros. A Escrituração Contábil Digital (ECD) será o foco de nossa pesquisa.

A realização de todas as obrigações contábeis segue regra própria que busca aplicar a contabilidade brasileira as regras de contabilidade internacional de forma a unificar as demonstrações contábeis, essas regras são as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), com a escrituração eletrônica não é diferente.

A resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Nº 1.299 de 17 de Setembro de 2010, revogou todas as resoluções aprovadas anteriormente e passou a definir as formalidades da Escrituração Contábil em forma digital para fins de atendimento ao SPED.

Foi aprovado através da resolução acima o Comunicado Técnico 2001 (CFC 2014), conforme item 3 deste mesmo comunicado:

> Este Comunicado Técnico (CT) estabelece o detalhamento dos procedimentos a serem observados na escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). (CFC, 2014).

A nova forma de escrituração não difere em nada da anterior com relação as normas a serem seguidos, conforme definido no item 4 do CTG 2001(CFC, 2014), a execução da escrituração deve ser:

> Em conformidade com os preceitos estabelecidos na NBC TG 2000 que trata sobre “Escrituração Contábil”, a escrituração contábil em forma digital deve ser executada da seguinte forma:
>
> a) Em idioma e em moeda corrente nacionais;
> b) Em forma contábil;
> c) Em ordem cronológica de dia, mês e ano;
> d) Com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens; e
> e) Com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.
>
> (CFC, 2014)

2.3 INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1420/2013

A Instrução Normativa (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB) Nº1420/2013 de 19 de Dezembro de 2013, foi a responsável pela instituição da Escrituração Contábil Digita l (ECD) ou SPED contábil como é popularmente conhecido. Muito já se falava sobre o programa, porém foi a partir desta IN que a obrigação ganhou forma.

A ECD veio para substituir a escrituração dos livros contábeis, antes realizada de forma manual. Foram substituídos os seguintes livros:

> Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:
>
> I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;
> II - livro Razão e seus auxiliares, se houver;
> III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
>
> (BRASIL, 2013b).

Segundo o artigo primeiro, parágrafo quarto desta Instrução: “Ficam dispensados de autenticação os livros da escrituração contábil das pessoas jurídicas não sujeitas a registro em Juntas Comerciais” (BRASIL, 2013b). Entende-se, portanto, que para empresas obrigadas a utilizar o programa, passa-se a não se fazer mais necessário a autenticação de livros contábeis desde que enviados através do SPED.

Ainda de acordo com a IN 1420/2013 (BRASIL, 2013b), ficou definido que:

> Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos de que trata o caput deverão ser assinados digitalmente, utilizando-se de certificado emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital. (BRASIL, 2013b).

Conforme definido no site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI, 2017), o Certificado Digital “funciona como uma identidade virtual que permite a identificação segura e inequívoca do autor de uma mensagem ou transação feita em meios eletrônicos”, portanto o certificado digital seria o meio mais seguro para evitar fraudes e vazamento de informações confidenciais das empresas durante o envio do arquivo eletrônico para a Receita Federal do Brasil.

Ficou definido pela IN 1420/2013 (BRASIL, 2013b) e alterado por resoluções posteriores, quanto a obrigatoriedade de envio da ECD:

> Art. 3º Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:
>
> I - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real;
>
> (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1660, de 15 de setembro de 2016)
>
> II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita; e
>
> III - as pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano calendário, tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.
> (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1510, de 05 de novembro de 2014)
>
> IV – as Sociedades em Conta de Participação (SCP), como livros auxiliares do sócio ostensivo."
>
> "Art. 3º-A Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016:
> (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015)
>
> I - as pessoas jurídicas imunes e isentas obrigadas a manter escrituração contábil, nos termos da alínea "c" do § 2º do art. 12 e do § 3º do art. 15, ambos da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, quando:
>
> a) apurarem Contribuição para o PIS/PASEP, COFINS, Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e Contribuição incidente sobre a Folha de Salários, cuja soma seja superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) em qualquer mês do ano calendário a que se refere a escrituração contábil; ou
>
> b) auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja superior a R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) no ano-calendário a que se refere a escrituração contábil, ou proporcional ao período; e
>
> II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que não se utilizem da prerrogativa prevista no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 1995.
> (BRASIL, 2013b)

As únicas empresas obrigadas a apresentação da ECD referente ao ano de publicação da IN segundo a instrução foram: "§ 4º Em relação aos fatos contábeis ocorridos no ano de 2013, ficam obrigadas a adotar a ECD as sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real". (BRASIL, 2013b).

2.4 OBJETIVOS DA IMPLANTAÇÃO DO SPED

Segundo Oliveira (2011 apud FERNANDES; KIRINUS, 2012):

> O Projeto SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, oficializado em Janeiro de 2007, trata-se de uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato digital específico e padronizado. Dessa forma, o SPED irá contribuir para a redução dos custos com o armazenamento de documentos e também para minimizar os encargos com o cumprimento das obrigações acessórias, além de possibilitar uma maior segurança. (OLIVEIRA, 2011 apud FERNANDES; KIRINUS, 2012, p.2).

A Receita Federal do Brasil, buscando sanar melhor as dúvidas e facilitar o acesso do contribuinte a informações, criou um site, onde estão disponibilizadas todas as informações referentes ao sistema. De acordo com o Sitio da Receita Federal do Brasil, o programa possui três principais objetivos, abaixo discriminados:

Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes**,** com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores (RFB, 2017). Com a implantação do sistema SPED os contribuintes passaram a enviar em uma única obrigação e de forma eletrônica diversos livros contábeis, estes eram enviados de forma distinta e manual, o que demandava um tempo maior, além da necessidade de autenticação junto ao órgão competente, que era realizada pessoalmente.

Promover a integração dos fiscos**,** mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais (RFB, 2017). O sistema busca portanto unificar as obrigações antes enviadas separadamente para os fiscos, facilitando assim o envio por parte dos profissionais e a verificação da documentação por parte dos fiscos.

Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários**,** com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica. (RFB, 2017). O sistema, portanto, busca também melhorar e tornar mais eficaz a fiscalização do governo, uma vez que através do envio eletrônico de obrigações ficará mais difícil para os contribuintes esconder ou alterar informações.

2.5 PREMISSAS BÁSICAS DA IMPLANTAÇÃO

O projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), possui além dos objetivos principais apresentados no item acima, diversas premissas definidas, a serem alcançadas no decorrer no processo de desenvolvimento, implantação e utilização do programa.

Entre as Premissas destacadas no sitio da Receita Federal do Brasil, estão: Propiciar melhor ambiente de negócios para as empresas no País, redução de custos para o contribuinte, mínima interferência no ambiente do contribuinte, eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas.

Diante do exposto é possível verificar que o governo busca a partir do sistema, colaborar com o contribuinte no que diz respeito a facilitar o envio das informações, minimizar os custos e igualar a concorrência entre as empresas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa será de natureza exploratória. De acordo com Gil (2008, p.3) a pesquisa exploratória busca “proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado.” A familiaridade com o problema se dará através da leitura de reportagens, artigos, livros e trabalhos acadêmicos voltados para o assunto, buscando absorver conhecimentos que possam contribuir com a pesquisa.

O estudo de forma geral possui objetivo informativo, segundo Cooper e Schindler (2011, p. 18) “Um estudo informativo fornece resumo de dados, muitas vezes reformulando os dados para atingir um maior entendimento ou para gerar estatísticas para comparação.” Após finalizadas as pesquisas os resultados obtidos serão comparados com resultados de trabalhos semelhantes, com o objetivo de gerar informações precisas para os interessados.

Para obter-se o referencial teórico utiliza-se de pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos e trabalhos acadêmicos, pesquisa documental em leis, instruções normativas e decretos, por se tratar de uma obrigação governamental, a pesquisa será baseada principalmente na legislação em vigor, algumas vezes passando por legislações anteriores e no sitio da Receita Federal do Brasil.

Portanto a coleta de informações teóricas terá como base a legislação em vigor e os dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, além dos principais especialistas no assunto e estudiosos.

Além do referencial teórico, o trabalho contará com uma pesquisa de campo, que será de forma qualitativa, segundo Cooper e Schindler (2011, p. 164) a pesquisa qualitativa inclui “um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir [...] certos fenômenos ocorrendo de forma mais ou menos natural no mundo social.” Entende-se que para os contadores o envio da obrigação SPED contábil tem se tornado algo comum e natural dentro dos escritórios, o objetivo do será, portanto, descrever junto aos contadores as dificuldades encontradas no período de implantação do SPED.

Ainda de acordo com Cooper e Schindler (2011, p. 164), “as técnicas qualitativas são usadas no estágio de coletas e análise de dados de um projeto de pesquisa”.

A coleta de dados para a pesquisa de campo será realizada através de um questionário a ser aplicado a uma amostra dos escritórios de contabilidade constantes no município de Aracruz/ES. Para desenvolvimento do questionário foi escolhida a escala de Likert, por ser a mais utilizada em pesquisas que demandam classificação somatória.

Segundo Cooper e Schindler (2011, p. 312) as escalas de Likert “são mais confiáveis e fornecem um volume maior de dados do que muitas outras escalas.” Esse maior volume de dados se dá devido ao fato da escala produzir dados intervalares, dando uma maior e mais exata possibilidade de respostas.

O questionário será composto de 15 questões objetivas, as primeiras três questões tratam da identificação do escritório estudado, seu tempo de mercado, quantidade de clientes e número de clientes obrigados a ECD. As demais questões buscam entender como foi o processo de implantação do sistema no escritório, quais decisões foram tomadas com relação ao processo de implantação no que diz respeito a investimentos em material de informática, contratação de pessoal e capacitação de clientes, além de tratar da relação dos contribuintes com a legislação vigente.

O Questionário busca entender e identificar na visão dos contadores, principais usuários do PVA, programa de envio do SPED Contábil, as dificuldades encontradas para Escrituração Contábil Digital, além dos investimentos necessários para a implantação da ECD.

Os resultados obtidos serão computados de acordo com o que prevê a escala escolhida e descrita anteriormente, após a coleta e computação dos dados, os mesmos serão colocados em tabelas para melhor visualização e apresentados no item 4.1 desta pesquisa.

3.1 A CIDADE

A cidade de Aracruz no estado do Espirito Santo está localizada estrategicamente a 83 km da Capital Vitória, possui economia voltada para indústria, comercio, serviços e agropecuária. O crescimento da cidade se deu rapidamente, devido a instalação de grandes empreendimentos.

A cidade abriga hoje a Fibria Celulose S/A, considerada líder mundial na produção de celulose de eucalipto e o Estaleiro Jurong Aracruz, primeiro do estado no ramo de extração de petróleo da camada pré-sal, além de outras empresas de menor porte mas que também são diferenciais na economia da cidade.

Diante do crescimento da economia, pequenas empresas como hotéis, restaurantes e lojas, muitas vezes familiares, se instalaram na cidade na intenção de atender as demandas das grandes fábricas, se instalaram também prestadores de serviços para atender a demanda de construção, manutenção e reformas das empresas maiores.

No ramo da educação, as Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ), antiga FACHA, foi por muitos anos a única faculdade na cidade, e possuía como principal curso Ciências Contábeis, formando diversos contadores em um curto período.

O crescimento rápido e acelerado da economia com a união do fácil acesso a faculdade, onde por anos o único curso disponível era ciências contábeis, foi um diferencial para a implantação de diversos escritórios contábeis na cidade.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa será voltada apenas para as organizações, ou seja, para os escritórios, ficando excluídos os contadores individuais. A definição da amostragem de escritórios a serem utilizadas será de forma a alcançar um grau de confiabilidade de 90% e uma margem de erro de 5%.

O Cálculo foi realizado de forma online através da calculadora desenvolvida por Santos (2017) e disponível em seu site, a calculadora para realização do cálculo utiliza a formula de cálculo de amostra conforme abaixo:

$$n = \frac{N.Z^2.p.(1-p)}{Z^2.p.(1-p) + e^2.(N-1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

Aplicando na fórmula os dados fornecidos pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), através da delegada do município de Aracruz/ES, considerando a margem de erro de 5% e o grau de confiabilidade de 90%, ficou definido que para que a pesquisa obtenha resultados confiáveis será necessário à aplicação do questionário em 30 dos 33 escritórios existentes na cidade.

3.3 DEFINIÇÃO DOS ESCRITÓRIOS PESQUISADOS

A cidade de acordo com a responsável pelo Conselho Regional de Contabilidade em Aracruz, possui hoje homologado pelo CRC, 33 escritórios contábeis e 9 contadores que trabalham de forma independente, destes encontramos desde escritórios antigos de contadores tradicionais e com anos de mercado, a escritórios novos com contadores recém formados e pouca experiência de mercado.

Essa grande diversidade será um diferencial para a pesquisa, onde será possível coletar a opinião de contadores mais antigos com pensamentos mais tradicionais, e de contadores com pouco tempo de mercado e pensamento mais ousado, a diversidade de experiência será crucial para obtenção de resultados precisos.

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), dos 33 escritórios em Aracruz, 25 estão localizados na sede, 1 no distrito de Barra do Riacho, 4 no distrito de Coqueiral, 2 no Distrito de Guaraná e 1 no distrito de Jacupemba, a amostra estudada será definida da seguintes forma: 25 escritórios da sede, 1 de Barra do Riacho, 2 de Coqueiral, 1 de Guaraná e 1 de Jacupemba, sendo possível colher a opinião de contadores que trabalham com empresas de diversos ramos.

Amostra contemplará um misto de escritórios antigos e novos na cidade, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Escritórios de Contabilidade a Serem Pesquisados

(Continua)

Escritório	Localização
Advanced Consultoria Finanças E Auditoria S/S Ltda.	Sede
Aldano Pereira De Almeida Me	Guaraná
Alessandra Simões 03117788794	Sede
Anep Assessoria Em Negócios Empresariais Eireli Me	Sede
Cont Plus Contabilidade Ltda	Sede
Contaal Cont Aud Aracruz Ltda	Sede
Contaal Cont Aud Aracruz Ltda	Coqueiral
Contar Contabilidade Aracruz Ltda	Sede
Corporate Contab Corporativa Tributaria Aracruz S/S Ltda	Sede
Elanne Santos Coutinho Me	Sede
Eros Assessoria Contábil Ltda – Me	Sede
Expert Contabilidade E Assessoria – Me	Barra do Riacho
Expert Contabilidade E Assessoria – Me	Sede

Tabela 2 - Escritórios de Contabilidade a Serem Pesquisados

(Conclusão)

Escritório	Localização

George Modenesi Blank 12466181762	Sede
Gescon Serviços Contábeis Ltda	Sede
Gilerdes Freire De Souza Silva Me	Sede
Hábil Contabilidade Eireli Me	Coqueiral
Henrique Camelo Da Silva 59088494215	Sede
LTG Contabilidade & Assessoria Ltda Me	Sede
Marilene Assessoria Contábil - Contadoras Associadas Me	Sede
Orgatec - Organização Técnica E Contábil Ltda – Me	Sede
P&S Contabilidade Ltda	Sede
Perspectiva Contábil Ltda Me	Jacupemba
Plena Assessoria Contábil E Empresarial S/S Ltda – Me	Sede
RAC Contabilidade E Serviços Ltda	Sede
Santos E Sesana Contabilidade E Assessoria Ltda Me	Sede
Sercongel Contabilidade E Assessoria Empresarial Eireli Me	Sede
Valcirene Ribeiro Silva – Me	Sede
Valor Contábil Ltda – Me	Sede
VCA Contabilidade Ltda	Sede

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pelo CRC.

4 APRESENTAÇÃO DO CASO: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO SPED CONTÁBIL – UM ESTUDO DOS ESCRITÓRIOS DE ARACRUZ-ES.

Segundo Raza (2006, passim) “Uma empresa sem contabilidade é uma empresa sem histórico, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento”. A maior parte dos empresários opta por terceirizar o serviço contábil, ou seja, para não possuir dentro de suas empresas um setor responsável por escriturar seus fatos contábeis, demonstrações e enviar obrigações acessórias, contrata uma empresa terceirizada que possuí profissionais capacitados e habilitados para efetuar a contabilidade de sua empresa.

Essas empresas terceirizadas, são os chamados escritórios de contabilidade. Os escritórios contábeis são empresas prestadoras de serviço que contam com profissionais formados na área contábil, com experiência e atualizados perante a legislação Brasileira. Os profissionais contábeis para oferecer estes tipos de serviços devem ser registrados junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o registro se dá a partir de uma prova escrita de suficiência na área.

4.1 RESULTADO DA PESQUISA

O questionário foi aplicado de forma física, sendo entregue diretamente nos escritórios, como especificado acima do item metodologia, a forma usada para apuração dos resultados é a escala de Linkert devido a sua precisão em capturar o problema, sendo assim após a aplicação dos questionários os dados foram transferidos para uma planilha eletrônica onde foram aplicadas as regras de Linkert, resultando na tabela a seguir:

Tabela 3 - Resultado da Pesquisa de Campo

QUESTÕES	RESPOSTAS					PONTUAÇÃO	CATEGORIA
	A	B	C	D	E		
1	0	0	0	8	6	4	Pessoas
2	0	0	0	2	12	5	Infraestrutura
3	1	5	0	7	1	3	Legislação
4	0	0	0	5	9	5	Pessoas
5	2	3	0	5	4	3	Infraestrutura
6	4	1	3	6	0	3	Legislação
7	1	1	0	4	8	4	Pessoas
8	0	2	0	3	9	4	Infraestrutura
9	1	2	0	8	3	4	Legislação
10	0	0	0	7	7	5	Pessoas
11	6	2	0	5	1	3	Infraestrutura
12	2	5	0	7	0	3	Legislação
13	1	1	2	6	4	4	Pessoas
14	3	3	1	6	1	3	Infraestrutura
15	1	6	1	2	4	3	Legislação

Fonte: elaborado pela autora com base no resultado da pesquisa realizada pela autora.

Observa-se que o questionário foi dividido em 15 perguntas de múltipla escolha, dentre as quais houve uma subdivisão em categorias, sendo apresentadas 5 perguntas para cada uma das categorias, a conhecer: Pessoas, Infraestrutura e Legislação. Cada uma das perguntas apresentava ao entrevistado 5 opções de resposta, sendo permitido apenas marcar uma das opções.

De acordo com o método Linkert, as categorias que apresentarem entre 1 e 9 pontos possuem problema aparente, entre 10 e 19 pontos possuem um possível problema e

entre 20 e 25 pontos é possível que não exista problema. Para chegar-se a somatória do questionário em questão foi necessário aplicar a escala de Linkert, para posterior obtenção da pontuação final e comparação com o descrito acima.

Após a aplicação do método de Linkert para somatória das respostas, obteve-se a coluna pontuação. Para chegar-se ao resultado é necessário somar a pontuação das perguntas pertencentes a cada categoria. Ao realizar a soma da pontuação os pontos de cada uma das categorias ficaram da seguinte forma: 22 pontos para perguntas relacionadas a pessoas, 18 pontos para itens relacionados à infraestrutura e 16 pontos para os questionamentos a respeito da legislação.

Portanto tem-se o seguinte: Categoria relacionada a pessoas é possível que não exista nenhum problema, já nas categorias infraestrutura e legislação possuem um possível problema.

Com relação à categoria pessoas, foi possível observar que os escritórios possuíram poucos problemas relacionados à falta de mão de obra, falta de qualificação dos funcionários e até mesmo das empresas clientes, pode-se observar que todos tomaram as devidas precauções para se programarem com antecedência com relação a treinamentos e contratação de pessoal.

A infraestrutura dos escritórios para implantação do SPED Contábil foi um dos pontos negativos encontrados na pesquisa, pode-se observar que a maior parte dos entrevistados não possuía aparatos tecnológicos como materiais de informática e software necessários, não só os escritórios como seus clientes. Além do investimento em tecnologia foi necessário também a aquisição dos certificados digitais para envio do SPED, certificado este exigido pelo Governo brasileiro.

A legislação brasileira foi uma das maiores dificuldades dos contadores, senão a maior, devido ao fato de não ser considerada por eles como totalmente clara e objetiva, podendo levar os mesmos ao erro, além de dificultar o entendimento, tornando difíceis e complexos registros comuns ao dia a dia de um escritório contábil. A falta de canais de atendimento eficientes disponibilizados pelo governo para solução de dúvidas e orientação ao contribuinte foi outro ponto abordado.

4.2 COMPARATIVO COM PESQUISAS DE OUTROS AUTORES

Os resultados obtidos foram comparados aos resultados das pesquisas realizadas por Fernandes e Kirinus (2012) da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) e Claudio Roberto Ruiz Filho (2014) Faculdade Padrão de Aparecida de Goiânia, cujos objetivos eram compatíveis com o desta pesquisa.

Realizando o comparativo dos resultados com os obtidos por Fernandes e Kirinus (2012) foi possível verificar que as dificuldades encontradas pelos contadores no que diz respeito à tecnologia e legislação foram à mesma, uma vez que nos dois casos os contabilistas necessitaram investir em aparatos tecnológicos como material de informática, software e certificado digital, além de demonstrarem dificuldades para interpretação da legislação, gerando uma falta de conhecimento da mesma.

No comparativo dos dados com os resultados encontrados por Ruiz Filho (2014), observa-se também a dificuldade dos contabilistas com relação à legislação, uma vez que o governo não se mostrou preparado para a implantação, ou seja, não disponibilizou os recursos e o suporte necessário aos contribuintes, foi citado também pelos contadores à necessidade de realização de investimentos em tecnologia da informação.

Portanto as duas pesquisas utilizadas para comparação obtiveram resultados semelhantes aos observados com a aplicação do questionário, os contribuintes nos 3 casos relataram maior dificuldade no que diz respeito à tecnologia, legislação e a falta de preparo no governo na implantação.

4.3 DIFICULDADES DE PESQUISA

A cidade de Aracruz possui 33 escritórios de contabilidade, destes foi definido uma amostra de 30 escritórios a ser aplicado o questionário desenvolvido, porém desta amostra apenas 14 escritórios se prontificaram a responder a pesquisa.

Ao fazer contato com os escritórios para entregar o questionário e realizar a entrevista, apenas 14 deles receberam de boa vontade e se colocaram à disposição para responder as perguntas e tirar dúvidas. Os demais escritórios se recusaram a receber o questionário proposto, alegando não ter interesse em participar.

Portanto da amostra definida de 30 escritórios só foi possível coletar dados de 14, porém a redução da amostra não comprometeu a pesquisa, a coleta de dados foi realizada com a amostra disponível e foi possível verificar com exatidão os resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SPED é um projeto sem fim que uni as três esferas governamentais, Federal, Estadual e Municipal, sendo de grande importância seu estudo e busca por melhorias. Trata-se de uma ferramenta que veio para facilitar a vida dos contadores e melhorar o cruzamento de informações do governo para reduzir as fraudes e os erros cometidos pelos contribuintes. Em curto prazo pode não ser percebido, mas o uso do programa reduzirá o gasto dos escritórios com papeis e autenticações.

A implantação do programa representa uma grande oportunidade para o mercado de trabalho devido à necessidade de mão de obra por parte dos escritórios contábeis e das empresas, além de ser um grande avanço na contabilidade brasileira, antes arcaica e baseada em escrituração manual. Através do SPED o governo conseguirá reduzir suas perdas com sonegação de impostos, pois será quase impossível para os contribuintes esconder estas fraudes.

Foi possível observar através da realização da pesquisa de campo que os escritórios de contabilidade ao saberem da implementação da nova forma de escrituração buscaram aprimorar o conhecimento de seus funcionários sobre o assunto investindo em cursos, palestras e treinamentos, além de realizarem todas as contratações de pessoal necessárias para que no momento em que a obrigação fosse exigida pelo governo estarem preparados.

O Investimento em tecnologia foi um ponto negativo encontrado, a maior parte dos contadores não se preparou com aparatos tecnológicos, não possuíam material de informática suficiente, software capaz de gerar com exatidão as informações necessários e alguns necessitaram adquirir o certificado digital, pois também não possuíam.

O governo na visão dos contadores também não se mostrou preparado para passar pelo processo de implantação, pois não disponibilizou canais ativos para resolução de dúvidas e pequenos problemas. Para os escritórios pesquisados a legislação não é clara e objetiva, o que dificulta a escrituração e envio correto, outro fato negativo se

dá devido ao PVA programa disponibilizado pelo governo para o envio do SPED, este programa sofre mudanças constantes, além de possuir muitas falhas e erros.

A resposta para o problema proposto se mostrou muito clara na análise da pesquisa, o que ocorre é justamente um possível problema de desconhecimento de legislação pelos envolvidos no processo e falta de infraestrutura nos escritórios de contabilidade, o que nos remete a pensar que os escritórios estão buscando aprimorar as pessoas para este novo processo, mas estão deixando a desejar no quesito tecnologia da informação. Os resultados encontrados são de suma importância para os profissionais da área devido a este fato fica este trabalho disponível para pesquisas futuras.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto n. 6.022**, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_ 03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm>. Acesso em: 08 maio 2017.

_____. **Decreto n. 7.979**, de 08 de abril de 2013a. Altera o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 abr. 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7979.htm>. Acesso em: 14 maio 2017.

_____. **Instrução Normativa n. 1420**, de 19 de dezembro de 2013b. Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2013. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action ?idAto=48709&visao=anotado>. Acesso em: 14 maio 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução 2014/CTG2001(R1)**, de 05 de dezembro de 2014. Define as formalidades da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao sistema público de escrituração digital (SPED). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2014. <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTG2001(R1).pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

FERNANDES, A. R. V.; KIRINUS, J. B. **Principais dificuldades para aplicação do SPED contábil e fiscal**. 2012. 10 f. Trabalho de Pesquisa (Bacharelado em Ciências Contábeis)-Universidade da Região da Campanha - URCAMP. Rio Grande do Sul, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ITI). **Certificado digital**. 2017. Disponível em: < http://www.iti.gov.br/certificado-digital>. Acesso em: 14 maio 2017.

MOREIRA, A. **Brasil tem maior carga tributária da America latina, diz OCDE** . 2015. <http://www.valor.com.br/brasil/3946654/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina-diz-ocde>. Acesso em: 23 set. 2017.

RAZA, C. **O Papel dos escritórios de contabilidade na sobrevivência das micro e pequenas empresas**. 2006. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/o-papel-dos-escritorios-de-contabilidade-na-sobrevivencia-das-micro-e-pequenas-empresas/12024/>. Acesso em: 10 out. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **O que é a ECD, obrigatoriedade e prazo de entrega**. [2017]. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/499>. Acesso em 13 maio 2017.

RUIZ FILHO, C. R. **O impacto do SPED junto aos escritórios contábeis**. 2014. 35 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis)-Faculdade Padrão de Aparecida, Goiás, 2014.

SANTOS, G. E. O. ***Cálculo amostral*: calculadora on-line**. [2017]. Disponível em: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/>. Acesso em: 23 set. 2017.

APENDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

ESTE QUESTIONÁRIO ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO COMO PARTE INTEGRANTE DA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ALUNA TAMIRES GUASTTI PIGNATON DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS FACULDADES DE CIÊNCIAS HUMANAS DE ARACRUZ.

1 – IDENTIFICAÇÃO

a) Seu escritório possui quantos anos de mercado?
( ) Entre 1 e 5
( ) Entre 5 e 10
( ) Entre 10 e 15
( ) Mais de 15

b) Quantos clientes seu escritório possui?
( ) Entre 1 e 50
( ) Entre 50 e 100
( ) Entre 100 e 150
( ) Mais de 150

c) De seus clientes quantos estão obrigados a escrituração contábil digital – ECD?
( ) Entre 1 e 50
( ) Entre 50 e 100
( ) Entre 100 e 150
( ) Mais de 150

2 – PESQUISA

1) O escritório possuía profissionais totalmente capacitados para o processo de implantação da ECD, conhecendo do aplicativo, leis e regras.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

2) O escritório possuía equipamentos de informática, certificações e recursos eletrônicos suficientes para a implantação da ECD.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

3) A lei que implementa a ECD é clara e objetiva, sendo de fácil interpretação, facilitando o escritório a realizar de maneira correta o envio das obrigações.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

4) O escritório antes da implantação do sistema, orientava e incentivava os funcionários a participarem de workshops, palestras e discursões a respeito do programa, com a intenção de preparar os colaboradores para as novas exigências do governo.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

5) Os clientes do escritório possuíam as certificações necessárias e sistema qualificado para fornecer as informações corretas para que o escritório efetua-se o envio da ECD, além de não apresentarem resistência as mudanças necessárias.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

6) A emissão constante de Instruções Normativas em alteração ao Decreto de implantação da ECD tem sido um facilitador pois mantem a legislação que já é um pouco antiga atualizada e de acordo com as mudanças ocorridas na atualidade, não sendo uma dificuldade para os escritórios o acompanhamento dessas mudanças.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

7) O escritório possuía funcionários da área contábil suficientes para atender a demanda de serviço gerada e o surgimento de novos clientes pela implantação da ECD.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

8) O escritório possuía sistema informatizado, software capacitado e que atendesse a implantação da ECD, não sendo necessário aquisição de novo sistema, nem modificação muito significativa do sistema atual.
( ) Discordo totalmente

( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

9) O escritório encontrou muitas dificuldades para realizar a interpretação da legislação vigente referente a ECD uma vez que a mesma deixa diversas brechas, podendo levar a uma interpretação errada, o que pode gerar diversos transtornos para a empresa.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

10) O escritório possuía profissionais/ prestadores de serviço da área de Tecnologia da Informação suficientes para configuração e implantação do PVA disponibilizado pela Receita Federal do Brasil.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

11) O manual do sistema disponibilizado pela Receita Federal do Brasil de maneira eletrônica, foi um diferencial positivo e um facilitador na implantação do sistema. O governo estava lado a lado com os contadores, facilitando o processo de implantação, inclusive disponibilizando canais ativos online para esclarecimento de dúvidas.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

12) O escritório consegue encontrar respaldo nas legislações em vigor para realizar a escrituração de todas as situações uma vez que as legislações são facilmente encontradas e interpretadas.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

13) O escritório necessitou enviar funcionários especializados até a instalação dos clientes para explicar e orientar os funcionários das empresas a respeito das mudanças e nossas regras para escrituração.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente

( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

14) O PVA, sistema disponibilizado pelo governo, é de fácil acesso e utilização, seu preenchimento é realizado sem muitas dificuldades e as divergências são facilmente resolvidas através da consulta ao manual disponibilizado no site.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente

15) A legislação em vigor para o envio da ECD pode ser facilmente encontrada nos sites do governo e acessada de maneira rápida e simples a qualquer momento, além de não sofrer mudanças constantes o que facilita o envio da obrigação.
( ) Discordo totalmente
( ) Discordo parcialmente
( ) Indiferente
( ) Concordo parcialmente
( ) Concordo totalmente